

O português não-padrão em livros didáticos: posições discursivas

Maria Inês Pagliarini Cox
Sonia Renata Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa de arquivo que teve por objetivo investigar os gestos de interpretação de dois livros didáticos de Língua Portuguesa destinados ao Ensino Médio no que concerne a usos linguísticos outros que não os da norma-padrão. Os dados foram coletados através de recortes de enunciados presentes nessas obras. O estudo teve como base teórica a *Análise de Discurso francesa*, sob a perspectiva de Dominique Maingueneau. Numa das obras, o *Mesmo* é o discurso gramatical que mantém uma espécie de namoro infiel com o *Outro*, o discurso linguístico. Na outra, o *Mesmo* é o discurso linguístico, enredado numa espécie de separação litigiosa do *Outro*, o discurso gramatical.

Palavras-chave: Heterogeneidade linguística; livro didático; ensino de língua portuguesa; interdiscurso; polêmica.

INTRODUÇÃO

Com o advento da sociolinguística, na segunda metade do século XX, um dos aspectos não contemplados pelo recorte realizado pela linguística imanente no seu nascedouro – a relação entre língua e sociedade – avulta como um interessante objeto de pesquisa. Em lugar de um sistema de regras estáveis, alheias aos falantes, chega-se à conclusão de que as línguas reais são essencialmente heterogêneas e dinâmicas como são as sociedades. Com isso, a idéia de “erro” gramatical, que vingara sem rivalidade alguma por séculos e séculos, torna-se alvo de desconfiança e descrédito. Os ares renovadores da sociolinguística, aos poucos, chegam ao campo do ensino de língua materna, abrindo uma ruidosa polêmica com os espíritos reacionários que persistem na crença de que a língua é homogênea e estática, fazendo o papel de guardiões da boa norma contra seus corruptores. A despeito da resistência dos filiados à posição gramatical, a concepção de que toda língua é plural é incorporada aos documentos oficiais contemporâneos

que orientam o ensino de língua portuguesa e, por consequência, começa a se fazer presente nos livros didáticos. Considerada essa conjuntura de mudança paradigmática, temos por objetivo investigar os gestos de interpretação lançados sobre usos outros do português que não o padrão. E a conjetura inicial é a de que vamos entrar num território de fricções entre o discurso gramatical e o discurso linguístico.

Por discurso gramatical designamos o conjunto de enunciados historicamente constituídos que interpretam, prescritivamente, a língua pelo viés do certo e do errado, recusando-se a ver regularidade e gramaticalidade nos usos que não coincidem com a norma padrão. Os principais veículos e suportes de difusão desse discurso são as gramáticas normativas, os livros didáticos e os meios de comunicação de massa. Sua produtividade é, pois, garantida por um exército de cultuadores do purismo linguístico que combate os erros gramaticais e ortográficos e os estrangeirismos como forças destrutivas do idioma de Camões.

Por discurso linguístico entendemos o conjunto de enunciados que se vêm constituindo na história, desde o limiar da chamada linguística moderna, pela abordagem descritiva e explicativa da língua que chancela, com a sociolinguística, a leitura da variação com um fenômeno regular e não como desordem do sistema. A língua passa a ser vista como um sistema de regras categóricas e variáveis e não apenas categóricas. Tal discurso circula principalmente no espaço das universidades, entre linguistas, encontrando, contudo, resistência para se expandir no domínio do senso comum e da mídia e mesmo do ensino de língua materna.

O estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto “Enunciados da linguística em enunciados sobre/do ensino de português: batalhas de sentidos”¹. Esse projeto focaliza a mudança de paradigma em curso na esfera do ensino de língua portuguesa, elegendo como objeto de investigação o livro didático e outros materiais preparados especificamente para o

¹ O projeto é coordenado por Maria Inês Pagliarini Cox e vinculado à linha de pesquisa “Práticas Discursivas” no Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem (MeEL).

trabalho com o aluno em de sala de aula. Os tentáculos seculares do paradigma tradicional de ensino de língua – o grafocentrismo, o purismo, o nomenclaturismo, o normativismo, o formalismo – foram abalados em seus fundamentos pela irrupção da linguística, uma singularidade histórica em meio à quase eternidade do pensamento gramatical.

O novo paradigma começou a se dizer/tecer entre linguistas, no espaço de algumas universidades brasileiras, tendo como principal vetor a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), num movimento capitaneado pelo professor João Wanderley Geraldi. Daí se propagou rapidamente para outras freguesias, chegando às instâncias governamentais, às voltas com a complexa tarefa de pensar um currículo para a heterogênea clientela da escola pública atual, cujo processo de escolarização tem, anos após anos, redundado em fracasso. O diálogo entre universidades e agências educacionais de Estado culmina com a proposição, nas décadas de 1990 e 2000, de uma série de documentos – PCNEF, PCNEM, PCNEM+, OCEM etc. – que legitimam e oficializam o novo paradigma de ensino de língua portuguesa.

Concomitantemente com o lançamento dos documentos oficiais que orientam a definição dos currículos em âmbito nacional, estadual, municipal e escolar, o Ministério de Educação implementa, uma vez mais, mudanças no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para colocá-lo em sintonia com os novos tempos da educação pública brasileira. Os editais que deflagram o processo de avaliação explicitam detalhadamente os princípios e critérios mediante os quais as obras serão analisadas, na tentativa de levar o mercado editorial a produzir material afinado com o novo paradigma. E a desconsideração das exigências postas pelos editais pode resultar na exclusão dos livros ou coleções de livros do Guia do PNLD, constituído por resenhas descritivas das obras aprovadas, por meio das quais os professores realizam suas escolhas, encaminhando-as ao FNDE que é o órgão responsável pela aquisição do que foi indicado pelas escolas.

Assim, os autores de livros didáticos que almejam a inclusão de suas coleções no PNLD não podem mais pôr em

prática uma ideologia purista e normativista de ensino de português, não têm mais salvo conduto para agir sob o imperativo categórico do *certo* e do *errado*. Entre as quatro áreas de conteúdos curriculares – leitura, produção de textos, linguagem oral e reflexão sobre a língua e a linguagem – não pode faltar o tema da variação do português, não apenas na modalidade oral, mas também na escrita. Consoante o PNLD, a exploração desse tema, além de visar ao domínio do conteúdo curricular, favorece a formação ética, democrática e plural, livre de preconceito linguístico e discriminação de falantes de português não-padrão.

Manuseando livros didáticos de língua portuguesa usados atualmente no Ensino Médio na rede pública de Mato Grosso, observamos que esse tema está lá, mas, muitas vezes, no pé de página de um capítulo inteiro destinado ao estudo de normas do português padrão. A partir da constatação da presença da “variação linguística” em tais livros, pretendemos apreender os sentidos, os processos de tradução interdiscursiva de que ela é alvo nesse suporte bibliográfico. Para tanto, selecionamos duas obras: “Português: de olho no mundo do trabalho”, de Ernani Terra e José de Nicola (Obra 1), e “Português: língua e cultura”, de Carlos Alberto Faraco (Obra 2), ambas incluídas no Catálogo do PNLEM.

Terra e Nicola são autores de livro didático há muito tempo e velhos conhecidos dos professores. São representantes do discurso gramatical, mas não podem mais ignorar totalmente as orientações oficiais, se quiserem ter suas obras incluídas no Catálogo do PNLEM. Por sua vez, Faraco, um pesquisador renomado na comunidade de linguistas brasileiros, conhecido principalmente pela defesa contundente da visão do português como uma língua dinâmica e plural, é também um experiente autor de livros didáticos voltados para estudantes do Ensino Médio e universitários. Pela sua identificação com o discurso linguístico, conjecturamos que ele poderia nos proporcionar um significativo contraponto com a Obra 1, identificada, sobremaneira, com o discurso gramatical.

A história do ensino de língua materna, refletindo a história do pensamento linguístico, é um campo de batalhas

discursivas. Para compreendê-la, é preciso espreitar atentamente as posições, os movimentos, a luta dos discursos competidores. É preciso reconstruir – entrecruzando, associando, dissociando enunciados – a memória de um corpo sócio-histórico de discursos que dizem a língua nas mais variadas instâncias enunciativas. E para nos auxiliar na espreita dos embates de sentido em torno do português não-padrão, recorreremos às noções de *interdiscurso* e *polêmica* como *interincompreensão*, conforme Maingueneau (2005).

DO INTERDISCURSO NA TEORIA

Maingueneau (2005) propõe uma teoria global do discurso por meio de sete hipóteses. Aqui vamos abordar apenas a primeira e segunda hipóteses. A primeira delas afirma que “O interdiscurso tem precedência sobre o discurso” (p. 21), minando o suposto fechamento estrutural da formação discursiva. Para sustentar essa hipótese, o autor recorre à noção de heterogeneidade constitutiva e mostrada, tal como formulada por Authier-Revuz (1990), ao retomar o dialogismo bakhtiniano (1993) e as releituras de Lacan (1953) sobre Freud, acerca da relação sujeito e linguagem. A heterogeneidade constitutiva fundamenta-se no princípio de que um discurso é oriundo da relação entre discursos. Trata-se da “afirmação de que, *constitutivoamente*, no sujeito e no seu discurso está o *Outro*” (Authier-Revuz, 1990, p. 29, grifo da autora).

Maingueneau (2005) salienta que somente a “heterogeneidade mostrada”, como forma de alteridade fisicamente demarcada no fio do enunciado, é diretamente acessível por meio do aparato linguístico. A “heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (Maingueneau, 2005, p. 33), não é diretamente apreensível por meio de uma abordagem linguística *stricto sensu*.

Para operacionalizar o conceito de interdiscurso, e assim tornar a análise discursiva apta a evidenciar as peculiaridades da heterogeneidade que constitui o discurso Mesmo no Outro e

vice-versa, Maingueneau (2005) propôs uma tríade conceitual: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

O universo discursivo é “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (Maingueneau, 2005, p. 35). Descartada a viabilidade de análise do universo discursivo pela sua amplitude e dispersão, Maingueneau postula/recorta, então, o “campo discursivo”.

O campo discursivo é “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (Maingueneau, 2005, p. 35-36). E, para aclarar o conceito de “campo discursivo”, o autor enumera, como exemplos, os campos político, filosófico, dramaturgico, gramatical etc. Observa, contudo, que os campos não são zonas insulares dadas de antemão, mas “uma abstração necessária, que deve permitir múltiplas redes de trocas” (idem, p. 36). Um campo é formado por diversas formações discursivas que entretêm relações as mais diversas (confronto, aliança, neutralidade etc).

Embora o campo seja mais fechado do que o universo, ele ainda é demasiadamente amplo para ser investigado em sua totalidade. Assim, à guisa de operacionalização do interdiscurso como objeto de estudo, Maingueneau propõe o espaço discursivo que “delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados” (Maingueneau, 1989, p. 117).

Terceiro elemento da tríade, o espaço discursivo é um recorte teórico-metodológico. Nele, o analista focaliza a interação das formações discursivas pertinentes para poder interpretar os efeitos de sentido historicamente constituídos em relação aos objetos focalizados. Para restringir/selecionar, em um campo, as relações discursivas a serem lidas/interpretadas, o analista deverá ter “hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão em seguida confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir” (Maingueneau, 2005, p. 37).

Com a hipótese do primado do interdiscurso, os discursos não podem ser considerados como espaços fechados, simplesmente justapostos em uma relação de trocas. Pelo contrário, eles são espaços “tão abertos”, “tão recíprocos” que um discurso Mesmo, ainda que não faça menção linguística alguma a seu concorrente, a seu Outro, tem-no presente a si. É, pois, a presença do Outro no Mesmo que a noção de heterogeneidade constitutiva nos ajuda a destrinçar do complexo de formações discursivas. Trata-se, assim, de desenredar o processo dialógico que faz com que o Mesmo e o Outro sejam inseparáveis, como o direito e o avesso.

A interação entre o Mesmo e o Outro é marcada por posicionamentos discursivos de ambos os lados, fazendo da interpretação uma troca recíproca de simulacros. E essa característica da interação nos remete à segunda hipótese: “O caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de *interincompreensão* regrada” (Maingueneau, 2005, p. 22).

A interincompreensão significa mais do que uma simples troca entre discursos. Trata-se de um processo de interpretação, em que cada formação discursiva somente “compreenderá” o seu Outro de acordo com as suas próprias regras, traduzindo os gestos de interpretação do Outro como sendo negativos, ameaçadores, incompatíveis com sua própria ideologia. Assim, aos olhos do Outro, uma posição será incompreendida e, quanto maior a oposição, maior a não-aceitação recíproca e, conseqüentemente, mais delimitada será a identidade do discurso em relação à ameaça do opositor, pois entender positivamente um Outro seria confluir com ele e, assim, perder a ilusória identidade.

No jogo discursivo, um discurso não interpreta a si mesmo, pois o trabalho de interpretação cabe ao exterior por parte de um outro discurso. Maingueneau (2005, p. 100) declara que esse processo de interpretação, movido pela interincompreensão, ocorre por meio da *tradução* e do *simulacro*. A tradução de que fala o teórico não é a tradução de uma língua para outra, mas, sim, de um discurso para outro. No espaço discursivo, um discurso reconhece/enxerga o outro a partir da

criação de um simulacro. Maingueneau chama de *discurso-agente* o discurso tradutor e de *discurso-paciente* o discurso traduzido. Esse processo de tradução, no embate entre discursos, beneficiará o primeiro, pois o simulacro é criado com a função de exprimir negativamente o Outro (paciente), a fim de conferir uma identidade positiva ao agente. Assim, é por meio dessa tradução-simulacro que os discursos preservam-se na ilusão do fechamento semântico.

Esse processo de interincompreensão é uma revelação cabal de que os sentidos não são imanentes às palavras, mas vêm a ser positivos, negativos, polêmicos, ambíguos etc. no interior das formações discursivas, ao abrigo das quais são produzidos, isto é, ganham “vida” e materializam-se nas atividades languageiras cotidianas.

A interincompreensão ocorre no nível constitucional das formações discursivas, ou seja, ela é um mecanismo necessário e regular nos processos discursivos, de forma que os sentidos serão estabelecidos de acordo com o tipo de tradução efetuado entre os discursos. O fator determinante para a *incompreensão* encontra-se no interior de cada discurso, ou seja, o universo semântico de cada formação discursiva encontra-se repartido em dois registros, um positivo outro negativo. O registro positivo, marcado por aquilo que “pode e deve ser dito”, é a parte reivindicada pelo discurso Mesmo. Os semas positivos pertencentes a esse registro são os responsáveis pela aceitação dos enunciados associáveis às ideias desse discurso, havendo então uma filtragem positiva. A outra parte, determinada pelo registro negativo, detém semas que rejeitam os enunciados estranhos às idéias do Mesmo, vindos de formações discursivas antagônicas. O princípio de heterogeneidade constitutiva é fundamental para a explicação da inextricável amarração de um Mesmo e seu Outro.

O conceito de *polêmica* como *interincompreensão* mantém-se no mesmo patamar de um sistema global, ou seja, apesar de ser comumente entendido como uma forma de conflito perceptível na superfície linguística, marcado por controvérsias explícitas, a polêmica presentifica-se na forma de um *dialogismo constitutivo*. Assim, o autor, em suas observações, procura não dissociar o

“superficial” do “profundo”. Os discursos relacionam-se constantemente, imbricam-se sem que haja necessidade de uma forma de citação mostrada na superfície linguística. Nesse nível, então, tanto uma citação ruidosa/polêmica que um discurso faz do seu Outro, quanto o silêncio “calculado”, a denegação, que um pode manter em relação ao Outro, são fenômenos de uma mesma face dialógica. Apenas para evitar uma redução das especificidades da polêmica, Maingueneau (2005, p. 112) distingue dois níveis, o nível *dialógico* (nível da interação constitutiva) e o *propriamente polêmico* (nível da heterogeneidade mostrada).

Assim, no nível propriamente polêmico, evidenciando o embate entre formações discursivas antagônicas, cada uma delas trará o Outro para o interior do Mesmo mediante uma tradução negativa, ou seja, “[...] colocado em conflito com o corpo citante que o envolve, o elemento citado se expulsa por si próprio, pelo simples fato de que se alimenta de um universo semântico incompatível com o da enunciação que o envolve” (Maingueneau, 2005, p. 112).

O fato é que a polêmica simplesmente pode irromper na superfície em um momento qualquer, dado que o conflito entre os adversários já está inscrito em sua própria constituição. Metaforicamente, poder-se-ia dizer que a polêmica – inscrita na própria constituição do espaço discursivo – é uma “lava” contida em uma base vulcânica ativa, cuja erupção, inevitável, é apenas uma questão de tempo. A atividade desse vulcão pode ser muito destrutiva, como também não passar de fumaça, mas não deixará de ser ameaçadora para aqueles que estão nas suas bordas.

DO INTERDISCURSO NA PRÁTICA

Realizamos uma varredura nos dois livros didáticos em busca de enunciados que tematizassem, de uma forma ou de outra, a heterogeneidade do português. Os enunciados a seguir analisados integram um *corpus* discursivo formado com excertos do Manual do Professor, de exercícios, de explicações e comentários, de textos selecionados pelos autores, ou seja, do todo das duas obras.

Observemos os Enunciados 1 e 2, recortados do Manual do Professor:

Enunciado 1 - Obra 1

Lançado em 1995, este livro obteve imediata aceitação por parte do professorado de todo o Brasil. Na época, ele cumpria com competência a função de condensar todo o currículo do Ensino Médio num único volume, em linguagem acessível e objetiva. De lá para cá, o ensino no país sofreu uma profunda reformulação, estimulada, entre outras, pela publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Atentos ao novo cenário, reeditamos o volume (Terra; Nicola, 2008, p. 3).

A Obra 1, lançada em 1995, passou por reformulações para adequar-se ao “novo cenário”, confessam os Enunciadores 1. O dêitico “na época” indica não só um tempo transcorrido cronologicamente, mas um tempo em que o discurso gramatical ainda predominava na sala de aula. Entretanto, “de lá para cá”, esse discurso é escavado pelos saberes outros, de tal forma que, após o acontecimento discursivo da publicação dos PCN, o retorno ao já dito do discurso gramatical não pode ser feito exatamente como antes, na inocência de seu próprio ponto de vista, já que agora a memória discursiva é alimentada também pelos enunciados do Outro. Os Enunciadores 1 explicam que a reedição foi provocada por uma “profunda reformulação” das propostas de ensino de língua portuguesa à qual eles estão “atentos”. Contudo, falam das mudanças como se elas não lhes dissessem respeito, não se vêem como agentes delas. Não se incluem na comunidade de Letras e linguística que viveu/está vivendo uma revolução paradigmática no modo de pensar a língua e seu ensino. Dizer-se “atento” em relação a algo é dizer-se do lado de fora desse algo, posição que permite a observação distanciada e o cálculo de como responder minimamente a um demanda externa institucional de mudança.

Enunciado 2 - Obra 2

Há um consenso de que precisamos erigir nossos esforços no sentido de uma ampla renovação de nossas práticas de ensino em todas as áreas do Ensino Médio. No caso específico de Língua Portuguesa, o desafio é buscarmos adequar o seu

ensino às novas circunstâncias, aproveitando os debates ocorridos *nos últimos vinte anos* e as propostas construídas nesse processo. É com essa perspectiva que estamos trazendo a público o *nosso* livro. Ele consolida tanto *nossa participação naqueles profícuos debates*, quanto *nossa prática de ensino* (Faraco, 2003, p. 3).

Já o Enunciador 2 não só alude à ideia de que é preciso haver uma “*ampla renovação*” no ensino de língua portuguesa, como se inclui no grupo daqueles que a vêm promovendo “*nos últimos 20 anos*”. As marcas dessa inclusão se patenteiam pela presença abundante do morfema número-pessoal [+mos] e do pronome adjetivo possessivo “*nosso(s)*” e “*nossa(s)*” na superfície linguística, ambos vinculados a “*nós*”, um pronome pessoal que inclui aquele que fala. A posição assumida por esse enunciador é, pois, favorável às mudanças no ensino de língua. Originárias do discurso linguístico, elas são interpretadas positivamente, já que coincidem com um sistema de restrições semânticas de cuja formação o enunciador confessa ter participado: “*ele consolida tanto nossa participação naqueles profícuos debates, quanto nossa prática de ensino*”.

Diferentemente do Enunciador 2, os Enunciadores 1 restringem-se a dizer que “*atentos ao novo cenário, reeditamos o volume*”. Ao contrário do Outro, a situação de mudança para essa posição é desconfortável, não deixando de ser negativa, como pode levar a crer o uso do adjetivo “*atentos*”, que resvala em sentidos como “*precavidos*”, “*cautelosos*”, “*prevenidos*” etc. Diante das mudanças, a editora sente-se obrigada a reeditar o livro, caso contrário correria o risco de não ver a obra incluída no Catálogo do PNLEM, algo mercadologicamente impensável, considerado o tamanho do lote de livros a ser adquirido pelo FNDE para atender à numerosa população de alunos de Ensino Médio na rede pública. Assim, no Enunciado 3, abaixo, Terra e Nicola nos levam a crer que falam interpelados pelo discurso linguístico:

Enunciado 3 - Obra 1

NEM CERTO, NEM ERRADO: ADEQUADO!

A primeira gramática da língua portuguesa foi publicada em Portugal, no ano de 1536. Reflexo do momento histórico – a Europa vivia o auge do movimento renascentista –, apresentava um conceito clássico de gramática: “a arte de falar e escrever *corretamente*”. Em outras palavras: só falava e escrevia bem quem seguisse o padrão imposto pela gramática normativa, o chamado nível ou padrão formal culto que deveria ser seguido. Quem fugisse desse padrão incorria em *erro*, não importando o que, para quem, e para que se estava falando. Qualquer que fosse o interlocutor, o assunto, a situação, a intenção do falante, era o padrão formal que deveria ser seguido.

Hoje, entende-se que o uso que cada indivíduo faz da língua depende de várias circunstâncias: do que vai ser falado e de que forma, do contexto, do nível social e cultural de quem fala e de para quem se está falando. Isso significa que a linguagem do texto deve estar *adequada* à situação, ao interlocutor e à intencionalidade do falante (Terra; Nicola, 2008, p. 22-23).

No título NEM CERTO, NEM ERRADO: ADEQUADO!, o discurso linguístico e o discurso gramatical ressoam interdiscursivamente. A negação sintática quase sempre é polifônica. Em um enunciado como esse, percebemos haver duas posições discursivas incompatíveis coabitando, ou melhor, duelando entre si. Se os Enunciadores 1 utilizam a negação “NEM CERTO, NEM ERRADO”, identificando-se com o discurso linguístico, eles o fazem para contrapor-se ao ponto de vista de que há “CERTO, ERRADO!”, que é o ponto de vista do discurso gramatical. Assim, se pelo direito é o discurso linguístico que enuncia, pelo avesso é o discurso gramatical que o faz, inextricavelmente atados. O título é, portanto, a expressão cabal do enredamento interdiscursivo entre esses dois discursos, imbricados dialógica e polemicamente.

Poderíamos dizer que os Enunciadores 1 mostram seu deslocamento de posição, recorrendo à marca registrada do discurso linguístico, ou seja, à mudança do padrão categórico de avaliação (CERTO/ERRADO) para o padrão relativista

(ADEQUADO/INADEQUADO), urdido na seara da sociolinguística. Quem diz ADEQUADO/INADEQUADO subsume que as línguas são heterogêneas e funcionalmente variáveis, conforme os contextos de uso, e não homogêneas e invariáveis, independentemente do contexto. Quem diz ADEQUADO/INADEQUADO subsume que uma língua possui gramáticas e não uma única gramática, regendo todo e qualquer uso dessa língua.

Os Enunciadores 1 referem-se ao absolutismo gramatical como se ele fosse algo muito distante no tempo, instituído no ano de 1536, por ocasião da escritura da primeira gramática da língua portuguesa, definida como “a arte de falar e escrever corretamente”, concepção assim traduzida pelos enunciadores “só falava e escrevia bem quem seguisse o padrão imposto pela gramática normativa, o chamado nível ou padrão formal culto”. Quer dizer, “certo e errado” em língua são perspectivas de avaliação que pertencem a um tempo remoto, um tempo efetivamente encerrado em arquivos mortos. Assim, os Enunciadores 1 podem se dizer apartados do discurso gramatical e inseridos no tempo presente, evocado pelo dêitico “Hoje”.

O dêitico “Hoje” indica não só o tempo contemporâneo da enunciação, mas também o tempo histórico em que a linguística se constituiu, estendendo-se para o domínio do ensino da língua. Nesse tempo, torna-se custoso articular os termos CERTO/ERRADO, pela aura negativa que os circunda. Como o tempo do discurso gramatical é dito um tempo encerrado, o “hoje”, tempo do discurso linguístico, é investido de um efeito de naturalização e pacificação. Há, assim, um silenciamento dos conflitos que marcam a co-habitação desses dois discursos, ainda hoje bem vivos e disputando espaço no campo das Letras. Diante de tais enunciados, somos levados a pensar que os Enunciadores 1 se bandearam para o lado do discurso linguístico. Ou seriam eles camaleões que se tingem das cores do discurso linguístico, para, disfarçados na cena, driblarem aqueles que tendem para o discurso Outro? A segunda hipótese de leitura nos parece a mais provável, já que a derrapagem em direção ao discurso recusado ocorre ao longo de toda a obra. Vejamos o Enunciado 4:

Enunciado 4 - Obra 1

Português

Falar e escrever bem em português é uma habilidade valorizada entre executivos. Os profissionais que se expressam com clareza ganham admiração dos colegas e têm mais chance de progredir na carreira. Por isso, os especialistas em recursos humanos aconselham retomar os estudos de *língua pátria* juntamente com as aulas de línguas estrangeiras (Revista Veja, 15 de dezembro de 1999, p. 197) (Terra; Nicola, 2008, p. 105).

O Enunciado 4 foi recortado do Capítulo 17, que trata da “injunção” em diversos textos. Entre os textos vários empregados para exemplificar o conteúdo gramatical central, encontra-se o Enunciado 4, trecho de uma reportagem de *Veja*, intitulada “Português”. Esse trecho e muitos outros citados ao longo do livro permitem que o discurso gramatical retorne pela porta dos fundos, pois não são os Enunciadores 1 que dizem que “falar e escrever bem em português” é uma “habilidade valorizada”, mas é a Revista *VEJA* que o faz, mencionando a voz de executivos e especialistas em recursos humanos. E a despeito de os Enunciadores 1 dizerem NEM CERTO, NEM ERRADO: ADEQUADO!, indiretamente reafirmam o sentido de que o português é *um*, agora designado pelo sintagma “língua pátria”.

Fora da jurisdição dos PCN e dos espaços onde circulam linguistas, o discurso gramatical pode dizer-se sem pruridos, recorrendo a seu vocabulário clássico, a exemplo da designação “língua pátria”, sem que isso ressoe negativamente. O termo “língua pátria” não é uma criação fortuita da Revista, nem é citado por acaso pelos Enunciadores 1. Essa expressão, mal vista pelo Outro (o discurso linguístico), é um verdadeiro signo de pertencimento ao discurso gramatical e, durante muito tempo, foi usada em contextos que se referiam a uma concepção de língua *una*, em que a variação era renegada, como forma de adulteração da norma padrão, invariável para todo o sempre. Na designação “língua pátria” flui tanto o sentido de unidade da língua, que nos cega para todo o processo de variação e mudança que caracteriza o português, quanto o sentido de que o Brasil é um país monolíngue, que nos cega para as centenas de línguas

indígenas, faladas no território brasileiro antes da chegada do português, bem como para as línguas africanas e de imigrantes. Ademais, o termo “língua pátria” parece carregar o sentido de uma identidade nacional, mais e melhor, de uma unidade nacional, sobrepondo-se a toda heterogeneidade linguística, cultural e social de que é feito o Brasil real.

Tal texto ajusta-se perfeitamente ao discurso gramatical em seu atual estágio, pois permite aos espíritos mais conservadores dizer, pela voz do outro, o que ainda vai nas suas cabeças. Seria muito arriscado fazê-lo por conta própria. Daí recorrerem à voz da Revista Veja para fazerem a defesa da posição gramatical, sem que pareça que o fazem, já que a autoria é atribuída a outro. A responsabilidade do que eles dizem recai sobre “as várias instituições” e o que elas “consideram”, de maneira que aos Enunciadores 1 resta apenas o trabalho de sublinhar o que é dito por outrem e alhures. Pôr na boca de outrem aquilo que gostariam de dizer é uma forma de evitar ataques do discurso segundo. Desse modo, o retorno à identidade reprimida pelo Outro é possibilitada por meio de uma manobra oportuna, através de um verdadeiro ricochete.

Enunciado 5 - Obra 1

Lixeiro é morto por pegar doce com a mão

O lixeiro Olívio Martinho de Souza foi morto com dois tiros nas costas anteontem por ter posto a mão em um doce em uma lanchonete *que* não ia comprar. O assassino seria o dono da lanchonete Vinícius Gennari, 65, que, segundo a polícia, estava foragido até a noite de ontem (*Folha de São Paulo*).

3. O texto acima apresenta pronome relativo empregado *inadequadamente*.

a) Diga em que consiste essa inadequação;

b) Reescreva o texto, tornando-o mais claro (Terra; Nicola, 2008, p. 244).

Observamos, no Enunciado 5, que o parâmetro ADEQUADO/INADEQUADO é empregado como um eufemismo de CERTO/ERRADO e não como um critério que reconhece que o português é plural e que sua gramática comporta regras contextualmente variáveis. A palavra

“inadequadamente” é aí um sinônimo de “incorretamente”. Deslocados de uma formação discursiva para outra, eles mudam de sentido, confirmando a tese da análise de discurso de que o sentido não é imanente às palavras. Ao solicitar que o aluno “Reescreva o texto, tornando-o mais claro”, os Enunciadores 1 não reconhecem a variação, uma vez que leem o emprego outro do relativo como um defeito que precisa ser corrigido absolutamente, sem levar em conta as condições de produção.

Enunciado 6 - Obra 1

5) Reescreva as seguintes frases, *corrigindo-as* segundo as regras da norma culta.

a) Convidei ela para a festa de aniversário.

b) Vi ele no cinema.

[...]

e) Receberam nós com muita atenção (Terra; Nicola, 2008, p. 244).

Em (6), os enunciadores não se contêm e solicitam que as frases sejam “corrigidas”, reassumindo a posição categórica, conjunturalmente “evitada”, em que a gramática é concebida como “a arte de escrever e falar corretamente”. As alternativas a) e b) são absolutamente normais em situações de uso não monitorado da língua. E a alternativa e) é ouvida no português rural ou mesmo urbano, entre falantes de origem rural e com pouca escolaridade e letramento. Mas tais normas são completamente desqualificadas como regularidades da língua, à medida que o comando do exercício pede para “corrigi-las”. Ora, corrigir é concertar/endireitar o que está errado/torto. O absolutismo do discurso gramatical só é amenizado porque a ação de “corrigir” vem parametrizada pelo adjunto adverbial “segundo as regras da norma culta” que supõe a existência de outras regras e de outras normas. Contudo, em nenhuma ocasião, os enunciadores propuseram exercícios em que os alunos tivessem de “corrigir” frases da norma padrão, segundo normas outras (rurais ou mesmo urbanas não monitoradas). Isso evidencia a relação de mútua implicação entre “corrigir” e “norma padrão” – só se corrige para transformar uma forma não padrão em uma forma padrão, nunca para transformar uma

forma padrão em uma não padrão, daí a equivalência estrita entre norma padrão e português correto.

Enunciado 7 - Obra 1

3. Reescreva as frases que apresentam *incorrekções* quanto à regência.

- a) Custei para resolver este exercício.
- b) As constantes faltas ao trabalho implicaram em sua demissão.
- c) Aristides namora com a Maria.
- d) Com quem você namora?
- e) Prefiro antes estudar do que trabalhar (Terra; Nicola, 2008, p. 308).

Finalmente, a identidade “passada”, ou seja, o posicionamento à direita do discurso gramatical, ressurgue fulgurante no Enunciado 7, em que as “incorrekções” são absolutas e não relativas à norma culta, como no Enunciado 6. Todas as frases dadas a corrigir no Exercício 3 nos soam profundamente familiares e *normais* nos usos vernaculares do português. Ousáramos mesmo dizer que um estudo sociolinguístico variacionista da norma culta real revelaria, estatisticamente, a regularidade de tais formas e a irregularidade daquelas prescritas pela norma padrão idealizada pelos gramáticos.

Assim, do Enunciado 3 para o 7, vemos os Enunciadores 1, de tradução em tradução, reassumirem a posição renegada como coisa do passado. Se, no Enunciado 3, traduziam o parâmetro ADEQUADO/INADEQUADO de uma forma mais ou menos convincente a um leitor interpelado pelo discurso linguístico, parecendo efetivamente compreendê-lo, nos seguintes, deparamo-nos com traduções que indiciam a *incompreensão* dele, a sua interpretação como simulacro, ou seja, como sinônimo de CERTO/ERRADO, até o completo retorno do recalçado no Enunciado 7.

Até então, lemos alguns exemplos de enunciados em que o discurso primeiro (discurso gramatical), como agente, se relaciona interdiscursiva e interincompreensivamente com o discurso segundo, de modo a seguir sobrevivendo em um meio que lhe é hostil. Agora, vamos analisar o discurso segundo -

discurso linguístico - na função de agente, em suas manobras para desacreditar o discurso gramatical, naturalizado no senso comum como sendo aquele que diz a verdade.

Enunciado 8 - Obra 2

A língua é um conjunto de variedades

Não é difícil observar como a língua portuguesa é falada de modos diferentes pelo Brasil afora. Também não é difícil de observar como a língua varia conforme o estamento social dos falantes e como nós mesmos variamos continuamente nosso modo de falar:

- conforme a situação em que estamos (formal ou informal);
- conforme quem sejam nossos interlocutores (mais jovens ou mais velhos, conhecidos ou desconhecidos);
- e conforme, ainda, o papel social que estamos exercendo naquele momento (aluno ou professor; chefe ou colega de trabalho).

Esses fatos, facilmente percebidos, apontam para uma característica de todas as línguas: *nenhuma delas é uniforme, homogênea*; todas conhecem variação na pronúncia, no vocabulário e na estruturação gramatical; todas se materializam como *um conjunto de variedades geográficas, sociais e contextuais*.

E não poderia ser diferente: a ampla diversidade da experiência social e histórica das comunidades humanas se reflete no modo como elas falam a sua língua. A heterogeneidade da vida dos grupos sociais veste a língua necessariamente de diversidade.

Dizemos, então, que não existe *a* ou *uma* língua portuguesa, mas *muitas* línguas portuguesas. Nesse sentido, aquilo que dissemos acima no singular a respeito da língua temos agora de dizer no plural: uma língua, sendo um conjunto de variedades, tem *não uma, mas várias* gramáticas. Consequentemente, o falante não tem uma, mas várias gramáticas registradas em seu cérebro (Faraco, 2003, p. 159).

O Enunciado 8, tal como o Enunciado 3, também evidencia o enredamento constitutivo entre o discurso linguístico e o discurso gramatical. Porém, o Enunciador 2 se coloca, por inteiro, no domínio da sociolinguística para debater com o ponto de vista gramatical. E novamente é a negação que indicia a polêmica aí

latente. Ao dizer “nenhuma delas (das línguas) é uniforme, homogênea”, “não existe *a* ou *uma* língua portuguesa, mas *muitas línguas portuguesas*” e “uma língua, sendo um conjunto de variedades, tem *não uma, mas várias gramáticas*”, o Enunciador 2 repele enunciados nucleares da formação discursiva gramatical: “as línguas são *uniformes e homogêneas*”, “existe *a* ou *uma* língua portuguesa” e “uma língua tem *uma gramática*”. Ao assim enunciar, o discurso segundo afirma sua própria posição e se afasta dos fundamentos do discurso primeiro. Aquilo que o discurso segundo nega é o que o discurso primeiro afirma, evidenciando, pois, a interdiscursividade que lhes é constitutiva.

Enunciado 9 - Obra 2

Entre os falantes do português “culto” (qualificativo que mal disfarça o preconceito, já que não há grupo humano sem cultura), há uma poderosa escala de valores que coloca seu próprio modo de falar como “superior”, “melhor”, “certo” e estigmatiza o português popular como “inferior” e “errado” – estigma que alcança os seus falantes – logo tratados como “ignorantes” e “incultos”, julgamento que contribui para reforçar a situação de discriminação e exclusão que os atinge historicamente.

Entre estes dois grupos de falares há diferenças marcantes. Contudo, aquela que parece atrair a maior atenção social é a *concordância verbal*. Enquanto no português culto escrito a concordância verbal é fenômeno praticamente obrigatório, no português popular o percentual de frequência da concordância é, em geral, mais baixo. Assim, são comuns no português popular falados enunciados como *nós vai, eles cantava, as menina dançou*.

Neste ponto, é preciso fazer uma importante observação que exige muita cabeça fria para ser entendida: é preciso despir-se dos costumeiros julgamentos sociais preconceituosos sobre o português popular.

É fundamental entender que aqueles enunciados pertencem ao português tanto quanto os seus equivalentes “cultos”. Assim, *‘nós vai’ é tão português quanto ‘nós vamos’*. Trata-se apenas de variedades diferentes com gramáticas diferenciadas.

Há duas razões para afirmarmos isso com absoluta segurança: enunciados como *nós vai* são usados comumente por um grande número de falantes da língua no Brasil.

Além disso, não é difícil ver que atrás daqueles enunciados há uma organização gramatical em operação (lembre-se que, como vimos no Capítulo X, ninguém fala sem gramática. Claro, é uma gramática que tem diferenças em relação àquela de outras variedades da língua. *Mas essas diferenças não tornam essa gramática pior ou inferior às demais*).

Para entender isso basta observar que a gramática do português popular apaga, em geral e com bastante regularidade, muitas características morfológicas redundantes da língua (é, neste sentido, uma gramática muito econômica e elegante: ela tende a marcar certas informações apenas uma vez (diz, por exemplo, *as menina alta* – assinalando apenas no artigo que a expressão é plural; e *nós vai* – marcando o número e a pessoa apenas no pronomesujeito) (Faraco, 2003, p. 163).

No Enunciado 9, bastante contundente no combate ao discurso gramatical, a polêmica se marca por meio de vários recursos linguísticos, dentre os quais vamos explorar o uso das aspas. Buscando operacionalizar metodologicamente a análise da dimensão interdiscursiva do discurso, Maingueneau retoma os trabalhos de Authier-Revuz (2004) dedicados à análise da heterogeneidade manifesta – o heterogêneo do fio – como diz a própria autora. São trabalhos sobre formas mostradas de ruptura do fio enunciativo, mais e melhor, de representação em um discurso de um discurso outro, de representação reflexiva, metaenunciativa. A demonstração mais visível dessa representação do Outro no Mesmo se faz por meio das várias formas de discurso relatado, mas não apenas. Authier-Revuz (2004) também se dedicou ao estudo da modalização autonímica, que ela distingue da pura autonímia, como uma outra estratégia de o enunciador mostrar que está duplicando suas palavras – como *uso* pelo seu “próprio” discurso e como *menção* a um discurso outro. As aspas constituem “a arquiforma” da modalização autonímica, indiciando, como sinal gráfico, uma auto-representação do dizer.

Uma das propriedades das aspas é o vazio interpretativo que resulta no que Authier-Revuz (2004) chama de “apelo de glosa”. As aspas que cercam a palavra “culto”, em “Entre os falantes do português ‘culto’, há uma poderosa escala de valores [...]”, nos faz interpretar o qualificativo como uma palavra da boca do Outro, à qual o Mesmo não adere. As palavras aspeadas constituem um corpo estranho, deslocado, fora de lugar, mantido à distância e não amalgamado ao fio discursivo, implicando, assim, um afastamento do enunciador, uma atitude metaenunciativa que o leva a desdobrar-se em dono e juiz das palavras. Conforme Authier-Revuz (2004, p. 219), a fala entre aspas é uma fala vigiada, controlada, dominada e não uma fala abandonada a si mesma, incauta, assumida sem reservas.

O uso das aspas revela o dissenso de posições discursivas e ideológicas. O termo “culto” não está apartado do fio enunciativo do Mesmo (discurso linguístico) sem motivo ou por motivo banal; é, sim, um verdadeiro signo de pertencimento ao Outro (discurso gramatical). Na visão do Mesmo, esse termo, lido pelo avesso, encarna uma forma naturalizada de preconceito e discriminação da qual se distancia. Para ele, do ponto de vista científico, a que se filia, o termo *culto* não pode se aplicar apenas à elite dos falantes de português, pois, antropologicamente pensando, não há povo *sem* cultura e, portanto, não há falante *sem* cultura. Humanidade e cultura implicam-se mutuamente, assim como humanidade e língua. O emprego redutor do termo *culto* para designar apenas o português falado pela elite letrada – investido de sentidos como “melhor”, “certo”, “superior” em oposição aos sentidos de “errado” e “inferior” adjungidos ao português popular falado pelos “ignorantes” e “incultos” – é herança de um tempo em que cultura era sinônimo de *a* Cultura com “C” maiúsculo e o resto era restolho, era incultura, era barbárie. Desde a constituição das ciências humanas, a interpretação de que as culturas existem no plural vem lutando para destronar a interpretação de que há *a* Cultura (confundida com civilização letrada). E, dentre essas ciências, a linguística vem buscando entronar a compreensão de que *uma* língua é *várias* línguas, nem piores e nem melhores, apenas diferentes, ao tempo que luta para destronar a compreensão de que existe *a*

Língua com “L” maiúsculo, no meio de um oceano de formas desviantes que ameaçam adulterá-la, destruí-la, extingui-la, caso não sejam combatidas.

Referindo-se à concordância verbal que gramáticas interpretam como fenômeno categórico da língua portuguesa e linguistas como fenômeno variável, o Enunciador 2 afirma que é preciso “despir-se dos costumeiros julgamentos sociais preconceituosos sobre o português popular (*nós vai*) e compreender que ‘*nós vai*’ é tão português quanto ‘*nós vamos*’, ou seja, compreender que quem fala *nós vai* não é um *sem* gramática, mas alguém *com* uma gramática diferente. Enquanto os Enunciadores 1 se limitariam a dizer que na norma culta obrigatoriamente o verbo concorda com o sujeito em número e pessoa, subsumindo que o português popular *infringe* as regras gramaticais, ou seja, é não gramatical e caótico, o Enunciador 2 fornece uma descrição detalhada das especificidades gramaticais da língua popular no que tange ao apagamento sistemático de marcas redundantes de plural tanto na concordância verbal quanto na concordância nominal, fenômeno que faz da gramática popular uma gramática “econômica” e “elegante”. Tais qualificativos seriam impensáveis na boca de quem professa o discurso gramatical que esconjura a “falta” de concordância entre o verbo e o sujeito (*nós vai*) e entre os determinantes e o nome na locução nominal (*as menina alta*) como uma forma de atentado contra a lógica do pensamento. Assim, vemos a posição prescritiva e normativa ser rebatida mediante argumentos científicos descritivos e explicativos, buscados no domínio da sociolinguística.

Formações discursivas em relação de oposição tendem a interpretar diferentemente o mesmo dado. Vejamos como quem assume a posição linguística aborda a questão do uso dos pronomes retos em lugar dos oblíquos:

Enunciado 10 - Obra 2

Em seu caderno, escreva as sentenças abaixo (próprias da fala), *substituindo* o pronome reto pelo oblíquo (conforme se usa na escrita):

- O presidente demitiu ele ontem.
- O vizinho encontrou elas em casa.

- O delegado disse que vai pôr eles na cadeia.
- [...]
- Traz ela sob rédea curta (Faraco, 2003, p. 355).

O exercício do Enunciado 10, como aquele do Enunciado 6 (Obra 1), trata do uso do pronome em posição de objeto direto ou indireto. Mas, enquanto aquele solicita que os alunos “corrijam” as frases de acordo com as regras da norma culta (leia-se: troque os pronomes retos – errados – pelos oblíquos – corretos), esse solicita que os alunos “substituem” os pronomes retos – próprios da fala – pelos oblíquos – usados na escrita. Trata-se, pois, de um processo de tradução de uma variedade de português para outra, uma adequação de registro, que subsume que “a língua é um conjunto de variedades” e que ensinar português é desenvolver e potencializar a competência comunicativa dos alunos e não corrigir-lhes a língua que aprenderam a falar com a família e a comunidade onde vivem.

No Enunciado 11, abaixo, discorrendo sobre regência de alguns verbos como *assistir*, *obedecer*, *esquecer*, *ir* e *preferir*, o enunciador procura não somente descrever os conflitos entre o prescrito e o real, mas também minar a posição gramatical, qualificando suas ações como “insistentes”, quer dizer, anacrônicas.

Enunciado 11 - Obra 2

Exemplo tradicional desse conflito é a regência do verbo *assistir*: na fala informal, nós o usamos como transitivo direto (*João assistiu o filme*). É tão forte essa regência que ela é comum inclusive na escrita formal.

Apesar desse “padrão real”, muitas gramáticas *insistem* ainda em dizer que, na língua padrão, o verbo *assistir* é transitivo indireto (exige a preposição *a*): *João assistiu ao filme*.

Em decorrência desse conflito, os exames de escolaridade costumam cobrar o conhecimento da regência estipulada por essas gramáticas. É preciso, portanto, estar *atento* a isso. E a saída é *decorar a listinha* dos verbos mais visados:

Verbos que exigem preposição

Assistir a: *Nós assistimos ao último jogo da Copa.*

Obedecer a: *Os times devem obedecer ao novo regulamento do campeonato.*

Esquecer-se de: *Ele se esqueceu de trazer o livro.*

Ir a: *Fui ao show dos Racionais. / Fomos à casa dela* (Faraco, 2003, p. 353).

A regência que o Enunciador 2 defende como sendo o “padrão real” de uso para tais verbos é a popular, que, segundo ele, é “tão forte” que é “comum inclusive na escrita formal”. Concede à regência normativa um posto inferior “regência estipulada por essas gramáticas”, ou seja, regência artificiosa, idealizada, irreal. Ou seja, a discordância com o Outro é tão intensa que o enunciador passa a ironizá-lo, recorrendo a um verbo hoje muito pejorativo no meio escolar – o verbo “decorar” – e ao diminutivo “listinha”, grau a que sempre se recorre quando se quer produzir o efeito de sentido de algo insignificante. Por meio de tais recursos linguísticos, materializa não somente a discordância, mas o desprezo pela posição gramatical da qual se afasta. Ao usar o verbo “decorar”, ele demonstra que a “listinha” não é passível de ser apreendida/aprendida espontaneamente, já que as regências prescritas não são ouvidas no uso vernacular da língua, são arcaicas e desusadas. Mais precisamente, na conversa que o enunciador entabula com os alunos-leitores, ele os adverte de que precisam estar atentos a essas formas, ou seja, a esse conhecimento inútil, como uma estratégia de sobrevivência em exames de escolaridade que se comprazem em testar não o que o aluno sabe, mas aquilo que ele não sabe, porque não faz parte dos usos regulares que vivenciou/vivencia como aprendiz e usuário de português. No Enunciado 11, o uso do termo “atento” assinala a exterioridade e o distanciamento do Enunciador 2 em relação ao discurso gramatical, recomendando ao aluno uma aproximação consciente e calculada para que possa se safar nas situações de teste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fomos movidas pelo desejo de empreender uma análise de um espaço discursivo polêmico, englobando discursos que

dizem a língua e seu ensino na contemporaneidade, a partir de um conjunto de enunciados extraídos das Obras 1 e 2. Na Obra 1, falam enunciadores do discurso gramatical, que não podem mais ignorar o discurso linguístico, uma vez abonado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais que, hoje, representam as políticas educacional e linguística de Estado. O discurso gramatical é um gigante que reinou por séculos praticamente sem adversários, mas, agora, tem de enfrentar um antagonista à sua altura, jovem e poderoso, nascido e ungido com a pecha de conhecimento “científico”. Na Obra 2, fala um enunciador do discurso linguístico em luta contra o gigante. Ambos disputam a melhor forma de significar a existência heterogênea do português: pelo viés purista, como faz o discurso gramatical, ou pelo viés pluralista, como faz o discurso linguístico?

Na Obra 1, cujo Mesmo é o discurso gramatical e cujo Outro é o discurso linguístico, flagramos uma espécie de namoro infiel do Mesmo com o Outro na tentativa de interpretar o português como contextualmente variável. À primeira vista, parecia-nos que os Enunciadores 1 falavam das variedades de português interpelados pela ideologia e pelo discurso do múltiplo, mas logo percebemos o retorno deles ao Mesmo, ou seja, à ideologia e ao discurso do UM, para a qual a língua é homogênea e estável e toda variação é sinônimo de destruição, corrupção, desordem.

Na Obra 2, cujo Outro é o discurso gramatical e cujo Mesmo é o discurso linguístico, acompanhamos uma espécie de separação litigiosa do Mesmo em relação ao Outro, na luta para derrotar o purismo ideológico e gramatical que tolda a interpretação do português como uma língua heterogênea e dinâmica e é fonte de preconceito, estigma e discriminação. O discurso linguístico ainda vive uma fase de constituição em que não pode ignorar a existência do Outro. Sequer podemos imaginar um tempo em que a voz da gramática tenha recuado para a periferia do campo das Letras e algo possa ser dito sem que ela ressoe altissonante!

Contudo, esperamos contribuir minimamente para uma subversão herética do purismo, do nomenclaturismo, do normativismo, do grafocentrismo, do formalismo, naturalizados

pelo paradigma gramatical. Como afirma Bourdieu (1998, p. 118), a subversão herética é uma *previsão*, uma *predição* política que pretende fazer acontecer o que enuncia. Ela contribui praticamente para a realidade do que anuncia, pelo fato de enunciá-lo, prevê-lo, torná-lo concebível e, sobretudo, crível, criando a representação e a vontade coletivas para produzi-lo. Se a subversão herética da ideologia gramatical não puder ser vislumbrada nas páginas dos documentos institucionais e dos livros didáticos, supostamente escritos por enunciadores bem iniciados no discurso da linguística, pouca esperança podemos ter de ver a variação e a heterogeneidade do português serem significadas por meio de uma grade semântica não nucleada pelo regime absolutista do *certo* e do *errado* e pelo desejo de purificação da língua de suas perigosas mestiçagens.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 1-17, 1990.

_____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. M. [1934-1935]. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

BOURDIEU, P. [1982]. *A Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EdUSP, 1998.

BRASIL/SEMTEC/FNDE. *Catálogo nacional do livro didático para o Ensino Médio, Língua Portuguesa* (PNLEM). Brasília: MEC, 2008.

BRASIL/SEMTEC. *Orientações curriculares para o Ensino Médio* (OCEM). Vol. 1. Brasília: MEC, 2006.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio* (PCNEM). Brasília: MEC, 2000.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio +* (PCNEM+). Brasília: MEC, 2002.

FARACO, C. A. *Português: língua e cultura*. Curitiba: Base, 2003.

LACAN, J. *Ecrits I*. Paris: Le Seuil, 1953.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005.

_____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1989.

TERRA, E; NICOLA, J. DE. *Português: de olho no mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

Recebido em 02 de agosto 2010 e
aceito 28 de dezembro 2010.

Title: *Nonstandard Portuguese language in textbooks: discourse positions*

Abstract: *This paper presents the results of a file research that investigated the gestures of interpretation of two High School Portuguese Language textbooks concerning the uses of nonstandard Portuguese language. The file research data were collected by examining parts of the textbooks. The study used as a theoretical basis The French School of Discourse Analysis under the perspective of Dominique Maingueneau. In one of the books, the Same is the grammatical discourse that maintains a kind of "unfaithful courtship" with the Other, the linguistic discourse. In the other book, the Same is the linguistic discourse entangled in a sort of "litigious separation" from the Other, the grammatical discourse.*

Keywords: *Linguistic heterogeneity; textbook; Portuguese language teaching; interdiscourse; controversy.*

